

Documentos anuais de gestão

Plano de Atividades 2017



FICHA TÉCNICA

Título

PLANO DE ATIVIDADES DGT 2017

Coleção

Documentos anuais de gestão

Coordenação, edição e tratamento de dados

Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio

© DGT 2017

Direção-Geral do Território

Rua da Artilharia Um, n.º 107 | 1099-052 Lisboa | www.dgterritorio.pt

I . QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ATIVIDADE EM 2017	4
1. CARACTERIZAÇÃO DA DGT	6
1.1. ENQUADRAMENTO	6
1.2. NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES	7
1.3. ESTRUTURA DA DGT	7
2. OBJETIVOS DA DGT PARA 2017	13
2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	13
2.2. QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2017	14
2.3. OBJETIVOS OPERACIONAIS	15
3. RECURSOS.....	18
3.1. RECURSOS HUMANOS.....	18
3.2. RECURSOS FINANCEIROS.....	19
4. IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO	21
5. REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS	21
6. PLANO DE FORMAÇÃO	25
II. PROJETOS E ATIVIDADES.....	27
 ANEXO I – Plano de Formação Quadro Resumo	41

I. QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ATIVIDADE EM 2017

O Plano de Atividades da Direção-Geral do Território (DGT) para 2017 constitui o instrumento de gestão interna de referência para o desenvolvimento de projetos e atividades e para o estabelecimento de resultados a atingir pela instituição, dando cumprimento ao legalmente estabelecido.

O presente Plano de Atividades resultou de um processo de discussão interna envolvendo a direção e as várias unidades orgânicas, desenvolvido em paralelo com a elaboração do relatório de atividades de 2016 e com a avaliação de desempenho no biénio 2016-2017 e consubstancia uma visão integrada e seletiva dos projetos e atividades prioritárias a prosseguir pela DGT em 2017.

Os projetos e atividades previstas para 2017 estão em consonância com a missão e atribuições da DGT, estabelecidas pelo Decreto-Lei 30/2012, de 13 de março, são balizadas pelos recursos disponíveis e orientam o ciclo anual de gestão e o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na administração pública.

No quadro geral da missão e atribuições orgânicas, os projetos e atividades da DGT para 2017 foram definidos de forma a responder ao conjunto de incumbências específicas determinadas por via legal e tutelar e a alinhar a prestação desta entidade com os referenciais estratégicos enquadramentos das áreas de política pública em que intervém.

O Plano de Atividades de 2017, sendo, naturalmente, focado no ano corrente, é contextualizado por uma perspetiva estratégica plurianual que permite identificar como de especial relevância os seguintes projetos:

A alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) foi determinado pela RCM nº 44/2016 de 23 de agosto. Tratando-se da alteração do Programa Nacional que enquadra todo o sistema de gestão territorial e visa definir as grandes orientações estratégicas para o ordenamento e o desenvolvimento territorial num horizonte de médio e longo prazo e estabelecer o referencial estratégico e operacional territorializado para o próximo ciclo de fundos comunitários, a alteração em curso constitui um dos grandes desafios da DGT para o ano de 2017 e que prosseguirá para 2018, ano em que se prevê a sua aprovação.

A par com a alteração do PNPOT, a estruturação e início da produção sistemática do Relatório de Estado do Ordenamento do Território é igualmente um projeto prioritário para 2017, pois vem colmatar uma lacuna persistente no domínio da monitorização e avaliação do sistema e dos instrumentos de gestão territorial.

Este projeto está inserido num trabalho mais amplo que visa a monitorização das dinâmicas territoriais e do sistema de gestão territorial e vai continuar em anos seguintes.

No quadro da política de cidades, em 2017, relevam a gestão do URBACT e do Fórum da Cidades como projetos prioritários da DGT que visam divulgar, fomentar e dar suporte a iniciativas de um amplo conjunto de entidades da administração central e local que executam esta política.

O início da reorganização e atualização dos sistemas de informação geográfica e territorial da responsabilidade da DGT – o SNIG e o SNIT - e a melhoria da operacionalização e da integração das várias plataformas colaborativas e de gestão da informação que os complementam, são também projetos de grande relevância em 2017, com continuidade em 2018. Estes projetos visam a racionalização de meios e de recursos humanos, técnicos, tecnológicos e financeiros e a melhoria da prestação pública, no contexto dos compromissos relativos à disponibilização e acesso público à informação geográfica, à desmaterialização e simplificação de procedimentos e à modernização administrativa.

Da panóplia de plataformas de gestão da informação destaca-se o projeto de desenvolvimento da plataforma de submissão eletrónica que, no quadro de uma medida Simplex 2017-2018, visa melhorar processo de submissão eletrónica de peças gráficas dos instrumentos de gestão territorial e ampliá-lo a todas as peças gráficas publicadas em Diário da República relativas a servidões e restrições de utilidade pública e a instrumentos de política de solos com expressão territorial. Este projeto tem como objetivos melhorar o acesso público, em tempo e em condições de visualização, legibilidade e manuseamento, à informação georreferenciada publicada e promover a abertura dos dados geográficos.

Destaca-se também o desenvolvimento e entrada em funcionamento da plataforma colaborativa de acompanhamento dos instrumentos de gestão de territorial, uma medida Simplex 2016-2017, que vai permitir efetivar a desmaterialização dos procedimentos de formação e dinâmica dos programas e planos territoriais e responder a uma exigência do sistema de gestão territorial.

No referente aos sistemas de informação salienta-se também a entrada em produção do sistema de informação cadastral e o início do seu funcionamento e articulação com os sistemas de informação das demais entidades públicas responsáveis no domínio do cadastro, bem como a preparação de informação para carregamento, destacam-se como passos fundamentais para o futuro da atividade de cadastro conduzida pela DGT e que deverão ocorrer em 2017 com seguimento em anos posteriores.

Ainda no que se refere ao cadastro assume-se como uma prioridade a conclusão faseada, em 2017 e 2018, das operações de execução cadastral no âmbito do regime experimental Sinergic e a definição das condições de conservação dos respetivos dados cadastrais.

No domínio da cartografia releva a produção de novas especificações técnicas para a produção de cartografia topográfica e topográfica de imagem, pelas inerências e efeitos das mesmas na atividade da DGT e das demais entidades públicas e privadas que participam na produção de cartografia em Portugal. Releva igualmente a produção da Carta de Ocupação do Solo de 2015 que vem trazer consistência e regularidade a um produto cartográfico temático que se posiciona como fundamental para o conhecimento das dinâmicas territoriais e para a compreensão dos efeitos territoriais de políticas públicas.

Com uma abrangência transversal salientam-se os projetos de investigação que complementam o trabalho das áreas técnicas e reforçam a posição da DGT como centro de competências específicas nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica.

Por último, numa perspetiva de melhoria do desempenho da DGT, entende-se com prioritário o desenvolvimento de projetos de gestão interna e de articulação externa, em particular nos domínios da produção e disponibilização de informação de gestão e da melhoria da comunicação.

Tendo em consideração o novo regime de formação profissional na Administração Pública, definido no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, foi elaborado o Plano de Formação da DGT, o qual, atentos os atuais constrangimentos orçamentais, dá prioridade à formação interna.

1. CARACTERIZAÇÃO DA DGT

1.1. ENQUADRAMENTO

A DGT foi criada pela Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, tendo a sua orgânica sido aprovada pelo Decreto-Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

Através do Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, a estrutura orgânica da DGT foi alterada, por forma a prever a prestação centralizada de serviços comuns aos serviços da administração direta integrados no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

A estrutura nuclear da DGT, bem como as competências das diversas unidades orgânicas nucleares encontra-se plasmada na Portaria n.º 265/2015, de 31 de agosto.

Atualmente a DGT encontra-se na tutela do Ministério do Ambiente dependendo da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza.

1.2. NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

A DGT é um serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa que, de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, e no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Regulamentar n.º 30/2012, tem por missão prosseguir as políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, bem como a criação e manutenção das bases de dados geográficos de referência.

Destacam-se como principais atribuições da DGT:

1. Participar na definição das Políticas públicas de Ordenamento do Território e do Urbanismo, acompanhando a sua formulação, execução e promovendo a sua avaliação;
2. Apoiar a definição e prossecução da política de cidades;
3. Assegurar a execução da política nacional de cadastro;
4. Promover a cobertura cartográfica do território;
5. Assegurar a manutenção e o aperfeiçoamento do referencial geodésico nacional;
6. Desenvolver, em conformidade com a diretiva INSPIRE, a infraestrutura nacional de informação geográfica;
7. Criar e conservar as infraestruturas de informação geográficas associadas ao cadastro e ao ordenamento do território;
8. Promover a disseminação de boas práticas de gestão territorial;
9. Promover atividades de investigação e desenvolvimento na área da informação geográfica, ordenamento do território e urbanismo.

Para além das atribuições definidas na sua Lei Orgânica, a DGT participa em comités, comissões e grupos de trabalho relacionados com informação geográfica, ordenamento do território e urbanismo, permanentes e conjunturais, nacionais e internacionais em representação do Ministério de tutela ou do Estado Português.

1.3. ESTRUTURA DA DGT

A DGT é dirigida por uma diretora-geral, coadjuvada por três subdiretores-gerais, os quais exercem as competências que lhes forem delegadas ou subdelegadas.

A DGT estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) **Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT);**
- b) **Direção de Serviços de Informação Cadastral (DSIC);**
- c) **Direção de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica (DSGCIG);**
- d) **Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio (DSPRI);**
- e) **Divisão de Regulação e Assessoria Jurídica (DRAJ);**
- f) **Divisão de Gestão de Recursos Informáticos (DGRI).**

As **Delegações Regionais**, previstas no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 março, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, e no n.º 7 da Portaria n.º 265/2015, de 31 de agosto, são unidades flexíveis, em número de cinco, com competências no âmbito das atribuições da DGT, que prestam apoio às unidades orgânicas, quando solicitado:

- a) Delegação Regional do Norte, com sede em Santa Maria da Feira, e com um pólo em Mirandela
- b) Delegação Regional do Centro, com sede em Castelo Branco e um pólo em Condeixa-a-Nova.
- c) Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Santarém.
- d) Delegação Regional do Alentejo, com sede em Beja.
- e) Delegação Regional do Algarve, com sede em Faro e um posto de atendimento em Portimão.

O **Conselho Científico** da DGT é um órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação e nas tomadas de decisão do diretora-geral no que se refere à atividade científica da DGT.

Junto da DGT funcionam a Comissão Nacional do Território, o Conselho Coordenador de Cartografia e o Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica:

- **Comissão Nacional do Território**

A Comissão Nacional do Território (CNT) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com a atribuição de coordenar a execução da política nacional do ordenamento do território, sustentada em indicadores qualitativos e quantitativos dos instrumentos de gestão territorial, restrições de utilidade pública e servidões administrativas.

A CNT funciona na dependência do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território, competindo-lhe:

1. Acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na lei de bases de política pública de solos, do ordenamento do território e urbanismo;
2. Emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas ao ordenamento do território, por sua iniciativa ou a solicitação do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território;
3. Acompanhar e monitorizar a elaboração do relatório nacional sobre o estado do ordenamento do território;
4. Recomendar a elaboração, alteração ou revisão dos relatórios periódicos de avaliação sobre o desenvolvimento das orientações fundamentais do programa nacional da política de ordenamento do território, em especial sobre a articulação das estratégias setoriais;
5. Apresentar à DGT propostas de elaboração de normas técnicas e procedimentos uniformes para todo o território nacional a aplicar pelos organismos com responsabilidades e competências em matéria de ordenamento do território;
6. Apresentar à DGT propostas de elaboração de manuais técnicos de boas práticas em política de ordenamento do território;
7. Publicar os relatórios, pareceres ou quaisquer outros trabalhos emitidos ou realizados no âmbito das suas competências;
8. As demais competências previstas no decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio que procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

No âmbito da REN, a CNT sucede nas atribuições da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, bem como em todas as posições jurídicas assumidas por esta.

- **Conselho Coordenador de Cartografia**

O Conselho Coordenador de Cartografia (CCC) é o órgão de coordenação da atividade dos organismos e serviços públicos legalmente competentes para produzir cartografia.

O CCC foi criado e é regulado pelo Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/96, de 18 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 59/2002, de 15 de março, pelo Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro.

- **Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica**

O Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (CO-SNIG) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, com vista a assegurar a coordenação estratégica do Sistema

Nacional de Informação Geográfica (SNIG). O Decreto-Lei n.º 84/2015, de 21 de maio, procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, modificando a composição do CO-SNIG.

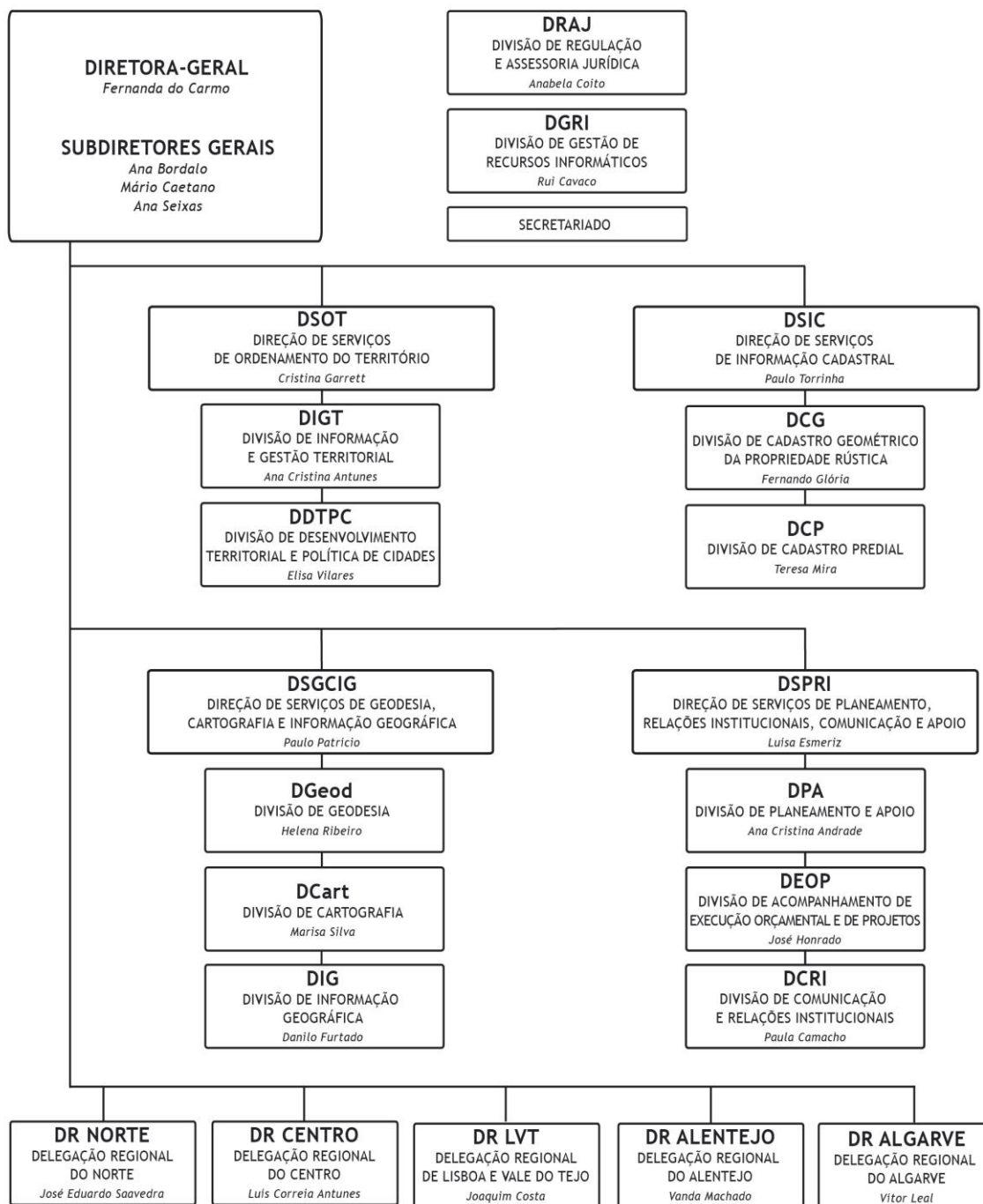
A 16 de março de 2017 foi publicado o Decreto-Lei n.º 29/2017, que constitui a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, 7 de agosto.

Esta última alteração legislativa teve por objetivo dar cumprimento às observações que foram aduzidas pela Comissão Europeia e, assim, colmatar algumas lacunas e deficiências verificadas na transposição da Diretiva 2007/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de março de 2007, mais conhecida por Diretiva INSPIRE.

Este Conselho tem intervenção em diferentes aspetos associados ao desenvolvimento do SNIG, como por exemplo, a aprovação das orientações estratégicas e dos objetivos gerais do SNIG, a promoção da boa articulação entre os membros da rede do SNIG e a apreciação de eventuais situações de divergência de interesses.

Em resultado da última alteração efetuada ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, o CO-SNIG passou a incluir todas as entidades com responsabilidades identificadas na produção de informação geográfica, ficando mais participado e plural, prevendo-se ainda que entidades agora não integradas o possam vir a ser no futuro, nomeadamente aquelas que venham a adquirir responsabilidades na produção de informação geográfica.

ORGANOGRAMA DA DGT



Estruturas que funcionam junto da DGT

CONSELHO CIENTÍFICO

COMISSÃO NACIONAL
DO TERRITÓRIO

2. OBJETIVOS DA DGT PARA 2017

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Objetivo Estratégico 1

Colaborar na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, da geodesia, da cartografia, do cadastro e da informação geográfica.

Objetivo Estratégico 2

Assegurar a execução da política nacional de cadastro.

Objetivo Estratégico 3

Assegurar a execução das políticas nacionais de ordenamento do território e de urbanismo, geodesia, cartografia e informação geográfica e promover a criação e gestão de infraestruturas de informação geográfica.

Objetivo Estratégico 4

Promover a investigação e a disseminação de boas práticas, produzir e difundir orientações técnicas nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica e regular o exercício das atividades de cartografia e cadastro.

Objetivo Estratégico 5

Promover a eficiência e eficácia na organização e funcionamento da DGT

2.2. QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2017

Objetivos Operacionais (OOP)									
EFICÁCIA									
OOP1: Elaboração de propostas de legislação e de regulamentação									
	Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês	Resultado
Ind1	Número de propostas apresentadas	NA	3	3	1	4	100%		
Taxa de Realização do OOP1									
OOP2: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território									
	Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês	Resultado
Ind2	Número de documentos técnicos produzidos	NA	NA	3	1	4	100%		
Taxa de Realização do OOP2									
OOP3: Cartografia de ocupação do solo									
	Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês	Resultado
Ind 3	Data de conclusão da produção das megaclasses da Cartografia de Ocupação do Solo 2015	NA	NA	30-dez	15 dias	15-dez	100%		
Taxa de Realização do OOP3									
EFICIÊNCIA									
OOP4: Operacionalização e gestão do Sistema Nacional de Informação Cadastral									
	Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês	Resultado
Ind4	Número de concelhos em regime de CGPR estruturados de acordo com o modelo de dados de carregamento no Sistema de Informação Cadastral	NA	NA	8	1	9	100%		
Taxa de Realização do OOP4									
OOP5: Plataformas de gestão e de informação geográfica									
	Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês	Resultado
Ind5	Data de início do funcionamento da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial	NA	NA	01-jul	30 dias	15-nov	25%		
Ind6	Taxa de atualização dos processos de dinâmica dos IGT no Geoportal SNIT	NA	NA	75%	5%	80%	25%		
Ind7	Classificação da Informação Geográfica registada nas bases de dados do SNIG	NA	NA	15-dez	5 dias	01-dez	25%		
Ind8	Data da conclusão do portal do IP Sentinel	NA	NA	30-mai	30 dias	30-abr	25%		
Taxa de Realização do OOP5									
QUALIDADE									
OOP6: Sensibilização dos cidadãos para as temáticas da informação geográfica e do ordenamento do território									
	Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês	Resultado
Ind9	Número de conferências/workshops/s emínários sobre informação geográfica e/ou ordenamento do Território realizados	NA	12	13	2	15	100%		
Taxa de Realização do OOP6									
OOP7: Implementação e acompanhamento da Estratégia Cidades Sustentáveis 2020									
	Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês	Resultado
Ind10	Número de newsletters Fórum Cidades enviadas	NA	NA	22	2	26	100%		
Taxa de Realização do OOP7									

2.3. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Com base nos objetivos estratégicos da DGT foram estabelecidos para o ano de 2017 os objetivos operacionais a prosseguir por cada unidade orgânica.

Estes objetivos operacionais foram relacionados com os projetos a desenvolver pela unidade orgânica, de forma a permitir a fixação dos objetivos das unidades orgânicas flexíveis e dos objetivos individuais dos dirigentes e dos trabalhadores.

A relação entre os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais é indicada no quadro seguinte.

OE n	OOp n	Descrição
OE 1 Colaborar na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de ordenamento do território e urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica	OOp 1.1	Colaborar na elaboração de legislação e regulamentação nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e a informação geográfica
	OOp 1.2	Promover a atualização do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e acompanhar a sua implementação
	OOp 1.3	Observar as dinâmicas territoriais e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação do sistema de gestão territorial
	OOp 1.4	Coordenar as políticas de ordenamento do território e urbanismo, geodesia, cadastro, informação geográfica e promover a articulação da política de ordenamento do território com as políticas setoriais e de desenvolvimento regional
	OOp 1.5	Colaborar na definição da política de cidades, e acompanhamento e avaliar a implementação da Estratégia Cidades sustentáveis 2020
OE 2 Assegurar a execução da política nacional de cadastro	OOp 2.1	Assegurar o desenvolvimento, carregamento e manutenção do Sistema de Informação Cadastral
	OOp 2.2	Promover a conclusão das operações de execução do cadastro predial nos municípios de Loulé, Tavira, Oliveira do Hospital, Paredes, Penafiel, S. Brás de Alportel, Seia e Tavira.
	OOp 2.3	Promover a conservação e gestão do cadastro geométrico da propriedade rústica

OE n	OOp n	Descrição
OE 3 Assegurar a execução das políticas de ordenamento do território e urbanismo, geodesia, cartografia e informação geográfica e promover a criação e gestão de infraestruturas de informação geográfica	OOp 3.1	Intervir, nos termos previstos na lei, nos procedimentos de gestão territorial relativos à adoção de medidas de política de solos, à avaliação ambiental, acompanhamento e depósito dos instrumentos de gestão territorial
	OOp 3.2	Promover, em coordenação com outras entidades, a cobertura cartográfica do território nacional
	OOp 3.3	Assegurar, em coordenação com outras entidades, a elaboração e conservação da carta administrativa oficial de Portugal
	OOp 3.4	Assegurar a manutenção e aperfeiçoamento do referencial geodésico nacional
	OOp 3.5	Desenvolver, coordenar e gerir os sistemas nacionais de informação territorial e plataformas de gestão de procedimentos no quadro do sistema de gestão territorial
	OOp 3.6	Assegurar, em coordenação com outras entidades, a implementação da Diretiva INSPIRE e promover serviços de difusão da utilização da informação geográfica
OE 4 Promover a investigação e a disseminação de boas práticas, produzir e difundir orientações técnicas nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro, informação geográfica e regular o exercício das atividades cartografia e cadastro	OOp 4.1	Promover e desenvolver programas e projetos de investigação científica, bem como de desenvolvimento experimental a nível nacional, comunitário e internacional, nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica
	OOp 4.2	Elaborar normas técnicas nacionais nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, da cartografia, do cadastro e da informação geográfica, promover a sua adoção, apoiando e avaliando a sua aplicação e disseminar boas práticas
	OOp 4.3	Regular o exercício das atividades de geodesia, cartografia e cadastro
	OOp 4.4	Participar em programas comunitários e internacionais de gestão e produção de informação geográfica e de desenvolvimento territorial e urbano

OE n	OOp n	Descrição
OE 5 Promover a eficiência e eficácia na organização e funcionamento da DGT	OOp 5.1	Reforçar a capacidade de gestão, programação e controlo da execução, otimizar os procedimentos internos e dar resposta às solicitações externas
	OOp 5.2	Modernizar e otimizar a infraestrutura física e tecnológica de suporte ao funcionamento e desenvolver o portal da DGT
	OOp 5.3	Capacitar os recursos humanos da DGT para o exercício eficiente, competente e atualizado da missão institucional
	OOp 5.4	Desenvolver, divulgar e comercializar informação, produtos e serviços promotores da utilização e disseminação da informação geográfica e territorial nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica, prestar formação e apoio técnico à sua aplicação e disseminar o conhecimento técnico e científico

A relação entre os objetivos operacionais e os projetos e atividades é indicada no quadro do capítulo II - Projetos e Atividades para 2017, que sistematiza os projetos a desenvolver por cada unidade orgânica.

3. RECURSOS

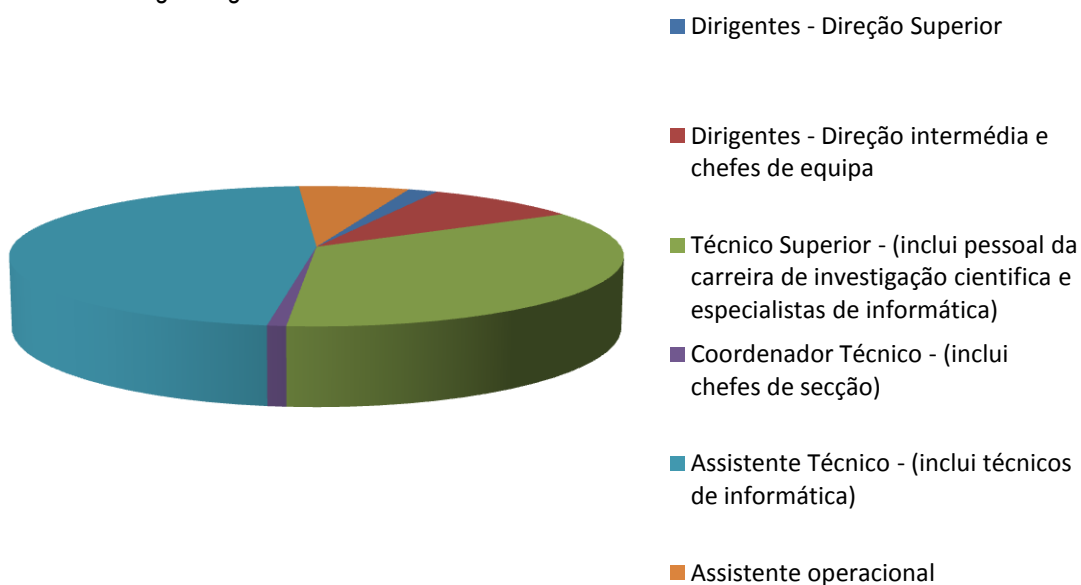
3.1. RECURSOS HUMANOS

O acervo de pessoal afeto à DGT é composto por 227 trabalhadores aos quais se aplica o regime de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, constante da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (na sua versão atual).

No quadro seguinte apresenta-se o **Mapa de pessoal da DGT previsto para 2017**:

Cargo/carreira/categoria	Postos de trabalho <i>n</i>
Dirigentes - Direção Superior	4
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	21
Técnico Superior - (inclui pessoal da carreira de investigação científica e especialistas de informática)	79
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	2
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	106
Assistente operacional	15
Total	227

Traduzido no seguinte gráfico:



3.2. RECURSOS FINANCEIROS

No que concerne aos recursos financeiros, a DGT dispõe de receitas provenientes de dotações de receitas gerais (Orçamento do Estado), dispondo ainda de receitas próprias, que arrecada durante o ano económico.

O orçamento da DGT para o ano de 2017 foi elaborado com base no *plafond* atribuído pelo Ministério do Ambiente, apresentando-se nos quadros infra, a sua distribuição pelas principais rubricas do **orçamento de funcionamento e do orçamento de investimento**.

Orçamento de Funcionamento 2017 – dotação inicial do orçamento (sem cativações €)

Fonte Financiamento	Orçamento inicial (antes de cativos)
111 - Receitas Gerais não afetas a projetos cofinanciados	6.020.000
119 - Transferências de Receitas Gerais entre Organismos	50.537
123 - Receita própria do ano com possibilidade de transição	1.366.528
221 - FEDER - Cooperação Transfronteiriça	25.134
243 - FUNDO SOCIAL EUROPEU - PO Capital Humano	16.000
282 – Outros e Saldos de FC (Outros)	91.095
Total	7.569.294

Orçamento de Investimento

O Orçamento de Investimento engloba Projetos que preveem ações de carácter específico relacionadas com as atribuições da DGT, designadamente nas matérias de ordenamento do território, cadastro e sistemas de informação, conforme se pode constatar pela análise do quadro infra:

Distribuição da dotação do Investimento por Projetos e Fontes de Financiamento:

(dotação inicial do orçamento, sem cativações €)

Projeto	Dotação inicial						
	111	129	151	157	211	282	SOMA
09721.00001 - Melhoria da eficiência do serviço público pelo aprofundamento da integração tecnológica e funcional dos sistemas de informação da DGT (MEITEF)			5.000		12.700		17.700
09734.00001 - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS em Viana do Castelo, S.A.	20.000						20.000
09758.00001 - IPSENTINEL - Criação de uma infraestrutura para armazenar e disseminar dados dos satélites SENTINEL - IPSENTINEL (DGT e IPMA)				7.500		42.500	50.000
10120.00001 - Submissão eletrónica da Rede Ecológica Nacional (REN)	15.000						15.000
10125.00001 - Mecanismo de integração de informação da DGT na IFAMA - Plataforma única de inspeção e fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente			2.153		2.847		5.000
10155.00001 - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	45.000	300.000					345.000
10164.00001 - DIPIGEO - Desmaterialização, interoperabilidade e partilha de informação geográfica			84.010		400.000		484.010
10172.00001 - Caracterização definitiva dos 7 concelhos objeto de execução de cadastro predial (CD7)	80.000						80.000
Total Geral	160.000	300.000	91.163	7.500	415.547	42.500	1.016.710

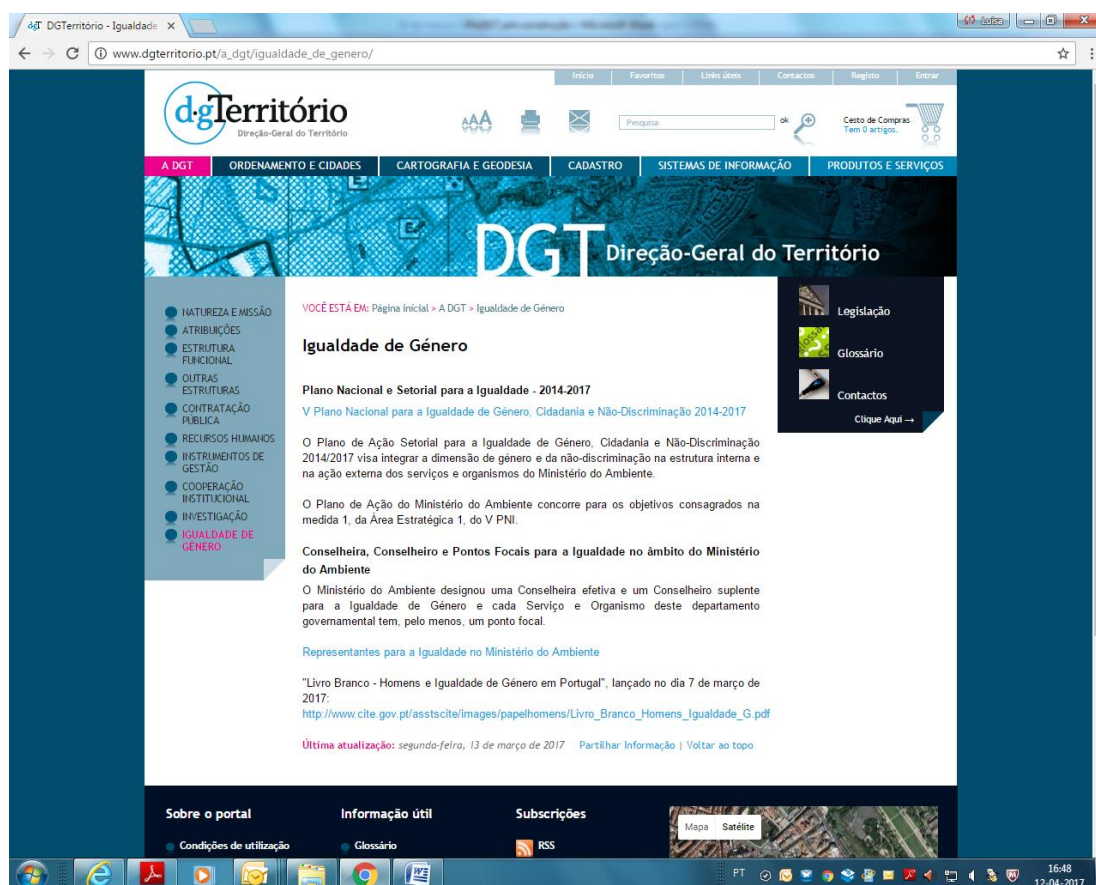
Relativamente à previsão da despesa orçamentada, salienta-se que a transferência do Orçamento do Estado é afeta exclusivamente a despesas com o pessoal e que o diferencial da despesa global estimada terá de ser financiado por Receitas Próprias.

De entre os projetos de investimento destaca-se a operação de financiamento denominada “DIPIGeo – Desmaterialização, Interoperabilidade e Partilha de Informação Geográfica”, resultante da candidatura apresentada no âmbito do Aviso n.º 01/SAMA2020/2015, do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA2020) – regime geral.

4. IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO

No âmbito do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, a DGT concorre para a elaboração do Plano de Ação Setorial para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014/2017, o qual visa integrar a dimensão de género e da não-discriminação na estrutura interna e na ação externa dos serviços e organismos do Ministério do Ambiente.

Em 2017 a DGT dará continuidade às ações de manutenção/atualização da página e dos conteúdos disponibilizados na internet quanto à temática "Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação, a qual consubstancia um meio de constante publicitação e sensibilização da temática em todo o organismo.



Concomitantemente continuarão a ser privilegiados aos meios de divulgação tradicionais de toda a informação relativa à temática da igualdade de género e combate à discriminação, nomeadamente a afixação de informação nos locais tradicionais de estilo.

A DGT participará ainda no "*Mainstreaming de Género*", a promover pelo Ministério do Ambiente, o qual se traduz na elaboração da estratégia que envolve a integração da perspetiva de género na preparação, conceção, implementação, monitorização e avaliação de políticas, medidas e programas, visando uma política sensível ao género que assegura que as necessidades de todas as pessoas são igualmente abordadas.

5. REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS

A DGT assegura o acompanhamento das atividades de ordenamento do território, do urbanismo, da geodesia, da cartografia, do cadastro e da informação geográfica, no quadro da cooperação institucional, das organizações internacionais, da cooperação para o desenvolvimento, assegurando concomitantemente a representatividade, quer nacional quer internacional, junto de diversas entidades e organismos nas áreas referidas.

De entre as suas inúmeras atribuições a Direção-Geral deve promover, coordenar, apoiar, realizar, participar e divulgar programas e projetos de investigação científica, bem como o desenvolvimento experimental nacional, comunitário e internacional, nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo e da informação geográfica.

O quadro infra sintetiza as representações em organismos/entidades ou grupos de trabalho a nível internacional:

Conselho da Europa	CEMAT - Council of Europe Conference of Ministers Responsible for Spatial/Regional Planning.
	Comité Directeur da Cultura Património e Paisagem
	Convenção Europeia da Paisagem

OCDE	Comité das Políticas de Desenvolvimento Regional - 1/3 grupos de trabalho: 1. WPURB - Grupo das Políticas Territoriais em Áreas Urbanas
	Comité das Políticas de Desenvolvimento Regional - 2/3 grupos de trabalho: 2. WPTI - Estatísticas Territoriais; 3-Desenvolvimento Rural
União Europeia	EU Expert Group on Soil
	EIONET National Reference Centre for Land Use and Spatial Planning
	EIONET National Reference Centre for Land Cover
	ESPON 2020 – Comité de Monitorização
	ETGUM - Expert Group on Territorial Cohesion and Urban Matter
	NTCCP - (Network of Territorial Cohesion Contact Points)
	Reuniões de Diretores Gerais dos MEU (Desenvolvimento Urbano)
	Reuniões de Diretores Gerais dos MEU (Coesão Territorial)
	RFSC - Reference Framework for Sustainable Cities
	UDG - Urban Development Group
	URBACT III - Comité de Monitorização
	URBACT III - Grupo de Ligação
	URBACT III - NUP
	Grupo Informal da Agenda Urbana para a União Europeia
	Expert Working Group on Climate Change and Territorial Development
	CPC-EU - Comité Permanente de Cadastro

INSPIRE	INSPIRE Committee
	INSPIRE National Contact Point
	INSPIRE – Maintenance and Implementation Group – Policy subgroup (MIG-P)
	INSPIRE – Maintenance and Implementation Group – Technical subgroup (MIG-T)
ONU	HABITAT III (responsabilidades de reporte - resposta à SG - MNE - Missão PT em Nairobi)
	União para o Mediterrâneo sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável
Geodesia	EUREF - European Reference Frame
	IUGG - International Union of Geodesy and Geophysics
	SPUIAGG - Secção Portuguesa das Uniões Internacionais Astronómica, Geodésica e Geofísica
Cadastro	ICA - International Cartographic Association
	Comité Permanente de Cadastro - CPC Iberoamericano
	WPLA - Working Party on Land Administration
Informação Geográfica	EuroGeographics - European National Mapping and Cadastral Agencies Expert Group Land Use and Spatial Planning - (LSU/ESA) WG1 – Legal and Commercial Issues WG Quality & Standards WG Geodesy Projecto SABE - Seamless Administrative Boundaries of European Projecto EuroGlobalMap Projecto EuroRegionalMap Projecto EuroMapFinder Projecto Pricing & Licensing Projecto EuroSpec

	DIGSA - Directores dos Institutos Geográficos da América do Sul, Espanha e Portugal
	ESEAS - European Sea Level Service
	EARSel - European Association of Remote Sensing Laboratories
	GISIG - Geographical Information Systems International Group
	CIL - Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha
	Grupo de peritos de Nomes Geográficos das Nações Unidas
	Conselho Superior Geográfico de Espanha
	Group for Earth Observation (GEO) Plenary Committee
	Group for Earth Observation (GEO) European High Level Policy Group
	Copernicus Committee
	European Space Agency (ESA) Programme Board on Earth Observation (PBEO)

6. PLANO DE FORMAÇÃO

Considerando que o novo regime de formação profissional na Administração Pública, definido no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, pressupõe a elaboração pelos órgãos e serviços do Plano de Formação, devidamente orçamentado, inserto no ciclo de gestão e fazendo parte do Plano de Atividades, a DGT procedeu à elaboração do respetivo Plano de Formação.

No âmbito deste novo regime, assume especial relevância a formação contínua dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública, permitindo a atualização e a valorização pessoal e profissional dos mesmos ao longo da carreira profissional, em ordem a aplicar os conhecimentos e a transferi-los para o

exercício do trabalho, inclusivamente habilitando os formandos ao desempenho de novas atividades profissionais (Cfr. artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016).

No atual circunstancialismo com que se depara a Administração Pública, a capacidade de adaptação à mudança assume-se, cada vez mais, como uma componente essencial do sucesso das suas instituições, considerando as necessidades dos colaboradores e alinhando-as com os objetivos da organização, em ordem a alcançar níveis adequados de eficácia, qualidade e eficiência.

Neste contexto, a elaboração do plano de formação assentou num pressuposto de maximização de oportunidades formativas e de gestão eficiente dos recursos, tendo sido privilegiadas as ações de formação interna e, de entre estas, as que de forma mais imediata contribuem para a melhoria do desempenho individual e organizacional, balanceadas, sempre que o enquadramento orçamental o permita, por formação ministrada por entidades externas à DGT.

Pelo exposto, a formação externa não se encontra contemplada, sendo que em caso de recurso a ações de formação externa serão privilegiadas ações que permitam suprir necessidades coletivas. Neste particular, a DGT encontra-se a articular com a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), a viabilidade de ser estabelecido um Protocolo com a referida entidade, passível de enquadrar as mencionadas ações passíveis de suprir necessidades coletivas.

De igual modo, será prestada particular atenção às eventuais oportunidades formativas gratuitas proporcionadas por outras entidades (seminários, congressos, etc.), ou outras de formação especializada que se revele fundamental, bem como o catálogo de oferta formativa da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente.

Ao longo do ano serão efetuadas as alterações e atualizações tidas por adequadas para o cumprimento dos objetivos atinentes à formação profissional dos trabalhadores da DGT.

O Plano de Formação para o ano 2017 consolida o anexo I ao presente Plano de Atividades.

II. PROJETOS e ATIVIDADES 2017

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE1	OOp1.1	P 1	Quadro legal e regulamentar	1	Propostas de: 1 - Modelo de dados para a simbologia e sistematização gráfica dos planos territoriais 2 - Conceitos técnicos do ordenamento do território e urbanismo 3- Alteração das orientações estratégicas e do regime jurídico da REN 4 - Regime jurídico transitório da conservação do cadastro SINERGIC 5 - Regime jurídico do cadastro predial	DRAJ DSOT DSCGIG DSIC	1 a 4 - Data de conclusão 5 - Data de início	1, 2 e 4- 31 out 3 - 30 jun 5 - 31 out	3. No âmbito da CNT 5. Em articulação com IRN, AT, RJICS
OE 1	OOp1.2	P 2	Alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT	1	1 – Diagnóstico prospetivo 2 - Opções estratégicas e modelo territorial 3 – Programa de ação 4 - Diretrizes para os IGT 5 – Modelo de governação 6 – Plataforma de comunicação	DSOT	1 a 5 – Data de conclusão 6 – Nº de documentos e eventos	1 – 31 jul 2 - 15 set 3 a 5 - 30 nov 6 – 5 e 8	
OE 1	OOp1.3	P 3	Relatório de Estado do Ordenamento do Território - REOT	1	1 - Estrutura e organização do REOT 2 - Produção de indicadores para 5 temas	DSOT	Data de conclusão	1 – 30 set 2 – 30 nov	
OE 1	OOp1.4	P 4	Coordenação das políticas de ordenamento do território e urbanismo, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica	1	1 – Dinamização da Comissão Nacional do Território e dos seus grupos de trabalho - CNT 2 – Dinamização do Conselho Coordenador de Cartografia - CCC 3 – Dinamização do Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica - CO-SNIG 4 - Dinamização da Comissão de Acompanhamento de Arquitetura e Paisagem CAAP	1 e 4– DSOT 2 – DSGCIG 3 - DSGCIG	1 a 4- Nº de reuniões	1 – 6 2 – 1 3 - 2 4 - 1	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE 1	OOp1.4	P 5	Articulação da política de ordenamento do território com políticas setoriais e de desenvolvimento regional	1	1 - Produção de contributos no âmbito da elaboração, execução e avaliação de legislação, estratégias, planos e programas setoriais. 2 - Produção de contributos no âmbito da política de desenvolvimento regional, nomeadamente no âmbito das abordagens integradas de base territorial 3 - Participação dos órgãos de governação dos FEEI.	DSOT	1 e 2 - N.º de contributos produzidos / n.º de contributos solicitados *100 3 - N.º de reuniões participadas /n.º de reuniões agendadas	1 e 2 - 90% 3 - 70%	
OE 1	OOp1.5	P 6	Fórum Cidades	1	1 - Disseminação de informação sobre assuntos urbanos 2 - Desenvolvimento e avaliação de políticas urbanas 3 – Publicação de documentos de referência	DSOT	1 - N.º de Newsletters 2 - N.º de reuniões promovidas e N.º participações em reuniões e eventos 3 - N.º documentos	1 - 26 2 - 4 e 6 3 - 3	
OE 1	OOp1.5	P 7	Urbact Ponto Focal Nacional	1	Cumprimento do plano de atividades aprovado	DSOT	1 - Taxa de execução do plano de trabalhos 2 - Número de Newsletters publicadas 3 - Eventos públicos s	1 - 70% 2 -12 3 - 2	
OE 2	OOp2.1	P 8	Operacionalização e Gestão do SIC	1	1 – Funcionalidades de carregamento e gestão de dados operacionalizados (CGPR e SINERGIC) 2 - Relatório de identificação e programação dos procedimentos de manutenção evolutiva 3 – Relatório de identificação e programação de funcionalidades de interoperabilidade a implementar (registo predial, matrizes prediais, informação cadastral simplificada) 4 - Dados do CGPR carregados no SIC	1 a 3 - DSIC/ DGRI 4 - DSIC	1 a 3 - Data de conclusão 4- N.º de municípios	1- 31 jul 2 - 15 set - 3 - 31 out 4 - >=8 e <=13	3 - Em articulação com IRN, AT e BUPI
OE2	OOp2.1	P 9	Disponibilização de informação do CGPR no SIC		Relatório de avaliação do CGPR (DSIC e DR), que inclui: - caracterização, por município, do CGPR vetorizado (prédios) incluindo grau de atualização (PRA) e compatibilidade de	DSIC DR	Data de conclusão	31 out	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
					formatos com o SIC - levantamento dos procedimentos de conservação do CGPR, em formato vetorial, na DSIC e delegações regionais - requisitos e recomendações para a simplificação e harmonização dos procedimentos DSIC/DR tendo em vista a integração de dados no SNIC				
OE2	OOp2.2	P 10	Operações de cadastro SINERGIC	1	1 –Ponto de situação dos trabalhos das operações SINERGIC 2 - Resolução dos autos de reclamação relativos a prédios caracterizados e expostos na consulta pública em Tavira e Loulé 3 - 2ª consulta pública em S. Brás de Alportel 4 - Programação da resolução dos autos de reclamação relativos a prédios caracterizados e expostos na consulta pública em Paredes, Penafiel, Oliveira do Hospital e Seia	DSIC DR	Data de conclusão	1 – 30 jun 2 - 15 dez 3 - 15 dez 4 - 30 set	
OE2	OOp2.3	P 11	Aplicação da Reforma Administrativa aos dados vetorizados do CGPR	2	Secções do CGPR em conformidade c/ a reorganização administrativa	DSIC DRLVT	N.º de concelhos	14	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE2	OOp2.3	P 12	Conservação do CGPR: Processos de Reclamação Administrativa (PRA)	1	1- Incremento da resolução de PRA e redução de pendências longas 2 - Atualização do CGPR com os PRA resolvidos com parecer favorável 3 – Diminuição dos prazos reais de fornecimento de informação do CGPR em formato analógico e digital, de coordenadas de marcos e pontos de estrema, certificação de elementos	1 a)- DSIC 1 b) - DRN 1 c) - DRLVT 1 d) - DRC 1 e) - DRA 1 f) - DRALg 2 - DSIC 3 - DSIC/DR	1 a) - nº de PRA resolvidos independentemente do ano de entrada/n.º de PRA pagos em 2017* 100 1 b)– N.º máximo de dias na resolução de PRA 1 c) - % de PRA de 2017 resolvidos 1 d) - % de PRA resolvidos em menos de 5 meses 1 f) - % de PRA pagos até 15 out resolvidos 2 - n.º de municípios atualizados 3 - Tempo médio de resposta	1a) - 130 % mês 1 b) 30 dias 1 c) - 80 % 1 d) - 90% 1 e) - 90% 1 f) – 90% 2 - 90% 3 - 10 dias úteis	3 - Pedidos excedam 5 secções o tempo de resposta pode ser até 20 dias úteis
OE3	OOp3.1	P 13	Instrução dos processos de gestão territorial	1	1 - Processos de política de solos analisados e instruídos nos termos legais (expropriações, declarações de utilidade pública, etc) 2 - Processos analisados e instruídos por solicitação da tutela ou do Ministério Público	DRAJ	N.º de processos concluídos ou pendentes de elementos /n.º de solicitações recebidas* 100	90%	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE3	OOp3.2	P 14	Séries cartográficas:	1	1 - Cartas nas escalas 1:500 000 e 1:1 500 000 atualizadas 2-Tema Hidrografia 1:200 000 atualizado 3-Tema Hidrografia 1:200 000 adaptado ao modelo de dados INSPIRE 4-Tema transportes 1:200 000 atualizado 5-Tema Transportes adaptado ao modelo de dados INSPIRE 6-Tema toponímia 1:200 000 atualizado 7-TemaToponímia 1:200 000 adaptado ao modelo de dados INSPIRE 8-Serviços INSPIRE para os temas: Hidrografia, Transportes e Toponímia e Unidades Administrativas	DSGCIG	Data de conclusão	1 - 31-dez 2-31-nov 3-10-dez 4-31-nov 5-10-dez 6-31-nov 7-10-dez 8-15-dez	
OE3	OOp3.2	P 15	Homologação de cartografia	1	1- Relatórios preliminares 2- Informação verificada 3- Relatórios finais	DSGCIG	Tempo médio de execução	1-15 dias 2-70 dias 3-5 dias	
OE3	OOp3.2	P 16	Cartografia de Ocupação e Uso do Solo	1	1 -Relatório de dinâmicas 1995-2007-2010 - COS 2 -Relatório de dinâmicas 1985-1990-2000-2006-2012 - CLC 3 - Produção da COS 2015 - Mega classes	DSGCIG	Data de conclusão	1 e 2 - 31-mar 3 - 15 dez	
OE3	OOp3.2	P 17	Informação geográfica para as margens do rio Douro - Protocolo IH	1	Informação geográfica para as margens do rio Douro	DSGCIG	Data de conclusão	15-dez	
OE3	OOp3.2	P 18	Atualização do Arquivo histórico de Fotografia Aérea	1	Filmes antigos digitalizados, georreferenciados e com metadados	DSGCIG	N. de filmes	50	
OE3	OOp3.3	P 19	Carta Administrativa Oficial de Portugal 2017 - CAOP	1	1-Limites administrativos da CAOP atualizados 2-Respostas a solicitações relacionadas com a CAOP 3-CAOP 2017 publicada 4-EuroBoundaryMap produzido a partir da CAOP 5-Resposta ao INE (anuário estatístico) e à DGAL (lista de	DSGCIG	1 e 3 a 9 - Data de conclusão 2-Tempo médio de resposta	1-31-dez 2-15 dias 3-30-jun 4-31-jul 5-31-jul	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
					áreas das freguesias) 6-Página da internet da CAOP atualizada 7-Modelo de resposta para as solicitações sobre a CAOP 8-Adaptação da CAOP ao modelo de dados INSPIRE 9-Criação de serviços INSPIRE			6-31-dez 7-31-dez 8-31-dez 9-31-jul	
OE3	OOp3.4	P 20	Gestão da Rede Nacional de Estações Permanentes GNSS - ReNEP	1	1-ReNEP operacional 2-Coordenadas das Estações Permanentes da ReNEP ajusta- das 3-Rede Geodésica Nacional observada no decurso dos proce- dimentos de homologação 4Nivelamento geométrico de 20% das Estações Permanentes da ReNEP 5-Portal EUREF atualizado	DSGCIG	Data de conclusão	1-31-dez 2-31-dez 3-31-dez 4-31-dez 5-31-dez	
OE3	OOp3.4	P 21	Gestão dos Referenciais altimétricos nacionais	1	1-Rede Maregráfica Nacional operacional 2-Maregramas analógicos georreferenciados 3-Maregramas analógicos vetorizados 4-Marcas de nivelamento localizadas junto dos marégrafos niveladas através de nivelamento geométrico de alta precisão 5-Estado de conservação das marcas da Rede de Nivelamento Geométrico de alta precisão avaliado	DSGCIG	1, 4 e 5 -Data de conclusão 2-Número 3-Número	1-31-dez 2-300 3-100 4-31-dez 5-31-dez	
OE 3	OOp3.5	P 22	Plataformas de gestão de informação territorial	1	I: Sistema de Submissão Automática de Informação Territorial - SSAIT 1 – Funcionamento em continuidade e em qualidade 2 - Procedimentos e fluxos atualizados em conformidade com o quadro legal atual 3 . Novos procedimentos e fluxos relativos a instrumentos de política de solos, operacionalização das ARU e relatório de	DSOT	1- Resultados ao inquérito de satisfação do serviço 2 e 3 - Entrada em produ- ção dos procedimentos e fluxos atualizados 3 - Data de conclusão do relatório	1 – > = 3 (escala 1-5) 2 a 4 - 15 dez 5 – 1 jul 6 - 31 out 7 - 15 dez	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
					identificação e programação de novos fluxos (SRUP) 4 - Modelo de dados de submissão automática de programas e plano atualizado II: Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial - PCGT 5 - Plataforma operacionalizada e disponível para utilização (área reservada e área pública) 6 - Registo de entidades administradoras de processo III: Sistema de Informação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (SI-AUGI) 7 - Arquitetura e fluxos de desenvolvimento aplicacional validados		4 a 7 - Data de conclusão		

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE 3	OOp3.5	P 23	Sistema Nacional de Informação Territorial - SNIT	1	1- Funcionamento em continuidade e qualidade dos serviços disponibilizados 2 - Programação da atualização da Infraestrutura de informação geográfica 3 - CRUS atualizada 4 - Relatório de avaliação do módulo Geo Equip com definição de protocolos setoriais para serviços de interoperabilidade web 5 - Disponibilização dos Planos e Programas Territoriais revogados 6 - RAN vetorial disponível no SNIT 7 - REN digital disponível no SNIT	DSOT	1 - Resultado do inquérito de satisfação do serviço 2 - Proposta de desenvolvimento 3 - % de PDM alterados ou revistos em 2015 integrados na CRUS 4 - Data de conclusão 5 - % de municípios cobertos 6 e 7 - % de municípios cobertos	1 - > = 3 (escala 1-5) 2- 30 set 3 -100% 4- 15 dez 5 - 10% 6 - 7 - 20%	6 - Dependente da celebração de protocolo com a DRAP
OE3	OOp3.6	P 24	Sistema Nacional de Informação Geográfica - SNIG	1	Coordenação estratégica e operacional do SNIG: 1 - Plano de Ação SNIG2020 2 - Termos de Referencia do CO-SNIG (Conselho de Orientação do SNIG) em articulação com o Gabinete Jurídico 3 - Reuniões GTI-GC (Grupo de Trabalho INSPIRE - Grupo de Coordenação)	DSGCIG	1 e 2- Data de conclusão 3 - Nº Reuniões 4 a 11 - Data de conclusão 13- Nº de IIG 14 a 19 - Data de	1 – 30 jul 2 – 15 nov 3 - 3 4 - 30-set 5 - 15-mai	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
					Interação com organizações e programas europeus e mundiais: 4 - Inventário de organizações e iniciativas internacionais rela- cionadas com infraestruturas de informação geográfica 5 - Monitorização INSPIRE 2016 Desenvolvimento do SNIG: 6 - Estratégia de colaboração com a AP local para o desenvolvimento do SNIG 7 - Caderno de encargos para a renovação do geoportal SNIG e para a implementação do RNDG 8 - Estratégia para otimização da pesquisa de IG 9 - Classificação da IG registada no SNIG 10 - Redes SNIG e INSPIRE operacionais 11 - Workshop para partilha de experiências em harmonização de dados 12 - Levantamento e análise das receitas de IG na administração públicas 13 - SNIG articulado com outras infraestruturas de Informação Geográfica (IIG) Contributos do SNIG para o desenvolvimento nacional: 14 - Estratégia para a articulação do SNIG com a modernização administrativa - coordenação com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) 15- Estratégia para a articulação do SNIG com o Reporting - coordenação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e Comissão Europeia (CE) 16 - Estratégia para a exploração de sinergias com o Sistema Científico e Tecnológico Nacional Promover a disseminação e utilização da informação geográfica:		conclusão	6 - 31-out 7 – 31 jul 8 - 31-jul 9 - 15 dez 10 - 31-dez 11 - 30 jun 12 - 30-nov 13 - 3 14 - 31-out 15 - 31-jul 16 - 31-out 17 - 31-dez 18 –17-nov 19 - 17-nov	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
					17 - Recursos online para capacitação das entidades 18- ENIIG 2017 19- JIIDE 20171				
OE4	OOp4.1	P 25	Modelação espacial: 1 - Estudo da delimitação da REN à luz do novo regime jurídico vigente e a sua articulação com os restantes IGTs - - MOD-REN 2 - Modelação espacial de estruturas lineares que contribuam para a consolidação de critérios para a delimitação da Estrutura Ecológica Nacional - MOD-EEN	1	1 - MOD-REN: Estudo aprofundado das novas orientações estratégicas para a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN), com o objetivo de promover a uniformização de conceitos, critérios e de variáveis geográficas utilizadas na delimitação da REN, de forma a garantir a harmonização intermunicipal e a conectividade inter-regional da REN. 2 - MOD-EEN: Com base no conhecimento e na IG produzida no projeto de investigação CVS, pretende-se modelar as dinâmicas territoriais de ocupação do solo de forma a identificar estruturas lineares que contribuam para a definição e consolidação de critérios e variáveis espaciais que apoiem a delimitação da Estrutura Ecológica Nacional (EEN).	INV	1.1 - Estudo da coerência da delimitação 1.2 - Guia metodológico para a delimitação 2.1 - Metodologia de análise da EEN	1.1 -dez 1.2 -dez 2.1 -dez	
OE4	OOp4.1	P 26	SAGLIT - Sistema de Análise Espacial em Geomorfologia Litoral - Fase I: Nut II de Lisboa	1	1 - Mapas temáticos de variação de altitude, superfície e volume entre 2011 e 2015, ao nível da freguesia 2 - Mapas de declive por freguesia 3 - Mapas de Geoformas litorais elementares por freguesia 4 - Mapas analíticos. Mapas da Variação espacial 2011-2015 em termos de geoformas litorais específicas; Mapas de risco de perda de território por freguesia, em função da COS.	INV	Data de conclusão	1 - mar 2 - abr 3 - out 4 - dez	
OE4	OOp4.1	P 27	FORLAND - Riscos HidroGeomorfológicos em Portugal: forçadores e aplicações ao Ordenamento do Território	1	1 - Alterações de uso do solo, exposição e medidas de adaptação (tarefa 5) 2 - Website e ferramentas FORLAND (tarefa 10) 3 - Contribuição das mudanças de ocupação do solo na definição de perfis de risco a nível municipal. Caracterização de mudanças de uso e ocupação de solo - análise e construção de indicadores	INV	1 e 2 Relatório de progresso 3 - Publicação de artigos	1 - e 2 - set 3 - 1	
OE4	OOp4.1	P 28	Informação Geográfica Voluntária - VIG: 1 - VGI-COS: Utilização de dados geográficos gerados por utilizadores no processo de produção/atualização de Cartografia de Ocupação do	1	1 - Estudo da viabilidade de utilização de dados geográficos gerados por utilizadores no processo de produção/ atualização de Cartografia de Ocupação do Solo, incluindo ensaio de uma metodologia de atualização da COS, através da conceção de um caso de estudo para integração de dados geográficos	INV	1.1- Relatório de revisão de exemplos de utilização de VGI 1.2 - Relatório de identificação de problemas,	1.1 - set 1.2 - dez 2.1 - ago 2.2 - out	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
			Solo 2 - VGI-IIG: Aplicação do potencial da Informação Geográfica Voluntária (VGI) no contexto das infraestruturas de informação geográfica		gerados por utilizadores voluntários (VGI) no processo de atualização da COS. 2 - Estudo de diagnóstico sobre a possibilidade de integração de VGI numa Infraestrutura de Informação Geográfica e teste da sua aplicabilidade com um caso de estudo no âmbito do SNIG.		desafios e soluções 2.1 - Relatório de revisão da literatura VGI-IIG 2.2- Relatório de análise comparativa internacional.		
OE4	OOp4.1	P 29	Fogo na Interface Rural-Urbano: caracterização, cartografia de risco e rede de gestão de combustíveis - RURINTFIRE	1	- Correção geométrica e temática da COS90; - Mapeamento da interface urbano-rural de Portugal Continental em 1990 e em 2010; - Análise das alterações da ocupação/uso do solo ocorridas na interface urbano-rural entre 1990 e 2010;	DG	- Cartografia COS90 compatibilizada com as COS2007 e COS2010; - Mapas da interface urbano-rural do Continente para 1990 e 2010; -Matriz de transições 1990-2010	15 dez	
OE4	OOp4.1	P 30	Sistema Urbano Nacional – parte 2	1	Comparação de diversas metodologias para identificação e delimitação das áreas urbanas funcionais de Portugal Continental.	INV	- Seleção de uma metodologia; - Identificação e delimitação das áreas urbanas funcionais de Portugal Continental	15 dez	
OE4	OOp4.1	P 31	Conversão do CGPR em cadastro predial	1	Construção de um modelo para a conversão do cadastro geométrico da propriedade rústica em cadastro predial.	INV	Relatório de análise comparativa do CGPR e Cadastro Predial	1	
OE4	OOp4.1	P 32	Dados Abertos	1	Análise crítica das diferentes estratégias de disponibilização de conjuntos de dados geográficos (CDG) a nível Europeu.	INV	Relatório	1	
OE4	OOp4.1	P 33	NitroPortugal	1	Análise das alterações de uso do solo e avaliação do seu impacto no estado do solo e da água. Implicações para o ordenamento do território.	INV	Relatório de projeto	1	
OE4	OOp4.2	P 34	Normas e regulamentos técnicos	1	1 - Normas técnicas de execução de cadastro predial 2 - Normas técnicas de demarcação de prédios 3 - Normas técnicas para a vectorização de CGPR 4 - Normas procedimentais para a conservação de cadastro 5- Regulamento de produção das plantas cadastrais dos planos de pormenor 6- Regulamento do exercício de atividade cadastral	DSIC DSGCIG DSOT	Data de conclusão	1 a 3 - 30 set 4, 6 e 8 - 15 dez 5 e 7 - 31 out 9 - 30 set	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
					7 - Regulamento da cartografia a utilizar nos IGT atualizado 8 – Regulamento das especificações técnicas de produção de cartografia e ortofotocartografia 9 - Regulamento do levantamento de reconversões de AUGI				
OE4	OOp4.3	A1	Exercício de atividades de cartografia e cadastro	1	1 - Autorização para exercício de atividades no domínio do cadastro predial 2 - Registo de entidades coletivas e singulares produtoras de cartografia atualizado e página da internet atualizada	1 - DSIC 2 - DSGCIG	1 - N.º de dias de tramitação 2 - Tempo médio de atualização do registo	1 - 30 2 - 5 dias	
OE 4	OOp4.4	P 35	Cooperação Europeia e Internacional	1	1 - ESPON – Ponto de Contacto Nacional 2 - Representação nacional em grupos, comissões e comités de nível europeu ou internacional 3 - Produção de contributos no âmbito da cooperação europeia e internacional 4 - Implementação da Convenção Europeia da Paisagem em Portugal	DSOT	1 - N.º de ações 2 - N.º reuniões transnacionais participadas 3 - N.º de contributos produzidos / n.º de contributos solicitados*100% 4 - Data do Portal atualizado	1 - 1 2 - 6 3 - 90% 3 - 31 dez	
OE4	OOp4.4	P 36	Produtos cartográficos de ocupação do solo do programa Copernicus	1	1 -Proposta submetida à Agência Europeia do Ambiente 2 -Relatórios dos mapas da componente local - Urban Atlas, mapa das zonas ripícolas, mapas Natura 2000	DSGCIG	Data de conclusão	1- 28-fev 2- 31-dez	
OE4	OOp4.4	P 37	Provision of harmonised LCLU information: LUCAS and national systems - LCLU-STATS	1	Mapas anuais de ocupação do Solo para o período 2010-2013 com uma nomenclatura definida pelo EUROSTAT baseada no programa LUCAS	DSGCIG INV	Data de conclusão	31-dez	OE3
OE4	OOp4.4	P 38	Bases de dados geográficas EuroRegionalMap (ERM), EuroBoundaryMap (EBM) e EuroGlobal-Map (EGM)	1	1-Tema Hidrografia atualizado 2-EBM atualizado 3-Temas Miscellaneous e Named Location atualizados 4-Metadados dos produtos ERM e EBM atualizados	DSGCIG	Data de conclusão	1-15-nov 2-15-nov 3-15-nov 4-15-nov	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE4	OOp4.4	P 39	Infraestrutura Portuguesa para dados Sentinel - IPSentinel	1	1 -Portal do IPSentinel com informação sobre o Copernicus inaugurado 2-Portal atualizado 3-Produtos geográficos derivados disponíveis no portal	DSGCIG	Data de conclusão	1-30-abr 2-31-dez 3-31-dez	
OE4	OOp4.4	P 40	Sistema Nacional de Informação do Mar - SNIMar	1	Documento sobre partilha de dados	DSGCIG	Data de conclusão	30-abr	
OE4	OOp4.4	P 41	Plataforma NIIPIM@r	1	I - Projeto 501 (YIN) 1 - Documento com os requisitos que a plataforma NIPIM@R deverá cumprir de modo a garantir o envolvimento de todas as entidades envolvidas neste projeto II - Projeto 602 (SINKER) 2 - Módulo no SIARL para gestão da orla costeira e marítima	DSGCIG INV	1-e 2 - Data de conclusão	30-out	
OE4	OOp4.4	P 42	Cross Harmonization & Exploitation of Nature DataSets - CROSS-NATURE	1	Definição dos requisitos da arquitetura interoperável dos serviços Linked Open Data (LOD)	DSGCIG	Data de conclusão	15 dez	
OE5	OOp5.1	P 43	Manuais de procedimentos	1	1 - Norma interna para circuitos e procedimentos a observar na venda e na cobrança de receita 2 -Norma interna para Gestão do Risco associado à gestão das aplicações web, da informação interna e dos acessos	DSPRI DGRI	Data da conclusão	15 dez	
OE5	OOp5.1	A 2	Procedimentos e Informação de gestão	1	1 - Monitorização dos tempos de procedimento por tipologia de processo (homologação, PRA, cedência de informação) 2 - Monitorização de tempos de fluxos e tempos de procedimentos de gestão dos serviços partilhados entre a DGT e a SG 3 - Monitorização da execução da candidatura DIPIGEO	DSPRI	Fichas de monitorização	mensal	

Obj Estrat	Obj. Operac	Cód PA2017	Designação do Projeto/Atividade	Prioridade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsá- vel(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE5	OOp5.1	A 3	Atividade comercial da DGT e atendimento ao público	1	1 - Recolha e tratamento dos dados sobre as receitas da DGT; 2 - Atualização das ferramentas informáticas e dos formulários de recolha de dados para monitorização do movimento comercial 3 - Monitorização da atividade comercial	DSPRI	1 - Fichas de monitoriza- ção da receita 2 - N.º de ferramentas e formulários atualizados 3 - N.º de relatórios produzidos	1 - mensal 2 - 5 3 - 2	
OE5	OOp5.2	P 44	Infraestrutura física e tecnológica	1	1 - Certificação energética da DGT 2 - Cadastro de inventário de bens imóveis do Estado - DGT 3 - Modernização de 25 % do parque informático 4 - Racionalização, melhoria e harmonização (sede e delega- ções regionais), das infraestrutura tecnológica e suportes apli- cacionais	DGRI DSPRI Todas as UO	Data da conclusão	1 - 30 out 2 e 3 - 15 dez	
OE5	OOp5.2	A 4	Gestão Documental	1	1 - Relatório de avaliação do programa edoclink e adaptação e reconfiguração do Sistema de forma a abranger mais fluxos internos e mais utilizadores. 2 - Desenvolvimento do sistema com módulo de segurança da decisão final sobre os processos e interoperabilidade com a Secretaria-Geral	DGRI	Data de conclusão	15 dez	
OE5	OOp5.3	P 45	Capacitar os recursos humanos da DGT	1	Execução do Plano de Formação	DSPRI Todas as UO	N.º de ações de formação realizadas/Nº de ações de formação previstas)*100	70%	
OE5	OOp5.4	P 46	Atualização do Portal da DGT em articulação com as plataformas SNIG; SNIT e PNPOT	1	1 - Novo portal institucional 2 - Atualização de conteúdos do portal e da intranet da DGT	DGRI	Data de conclusão	15 dez	
OE5	OOp5.4	A 5	Organização e logística de eventos pela DGT	1	1 - N.º. de eventos e ações realizadas 2 - Apoio logístico e produção de materiais de divulgação.	DSPRI	Nº. de eventos organiza- dos e de materiais produ- zidos	1 - 15 2 - 5	

ANEXO I - Plano de formação | Quadro Resumo

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2017

QUADRO RESUMO

Ação de formação	Formadores internos/entidade formadora	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras)	Carga horária prevista
Base de dados e Access	DGRI	Modelo Relacional, Linguagem SQL e sua aplicação prática na aplicação Microsoft Access	Todas as carreiras	Não indicada
Introdução ao Excel	DGRI	Introdução à aplicação Microsoft Excel e suas principais funcionalidades	Todas as carreiras	Não indicada
Base de dados e Access	DGRI	Modelo Relacional, Linguagem SQL e sua aplicação prática na aplicação Microsoft Access	Todas as carreiras	Não indicada

Ação de formação	Formadores internos/entidade formadora	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras)	Carga horária prevista
QGis – Cadastro	Luís Antunes e Manuel Nora (D. R. Centro)	Capacitar os funcionários com dois níveis de conhecimento: consulta e visualização de CGPR com os prédios vetorizados e a toponímia de lugar de modo a poder identificar os prédios; formação mais avançada de modo a poder importar pontos do campo, editar dados geográficos e saídas gráficas. Na DRC já temos parte do CGPR em SIG e queremos implementar e difundir esta tecnologia internamente de modo a facilitar a sua utilização.	Técnico superior; Assistente técnico (DR Centro)	15 a 25
Introdução ao QGIS	André Serronha (DSGCIG)	Exploração do software SIG Desktop QGIS nas seguintes vertentes: • O ambiente de trabalho QGIS: ambiente gráfico e principais funções; • Visualização de layers (camadas); • Tabela de atributos; • Simbologia; • Layouts; • Edição de dados; • Utilização de módulos (plugins); • Georreferenciação de imagens.	Dirigentes Intermediários/Técnicos superiores/Assistentes técnicos	14
	Teresa Jacinto, Sónia Faustino (DSIC)	Introdução ao QGIS, ambiente de trabalho, definição de projetos, visualização de dados georreferenciados em formato vetorial e raster, sistemas de coordenadas, layouts de impressão		14
QGIS - Nível Avançado	Teresa Jacinto (DSIC)	Utilização de bases de dados geográficas, operações de geoprocessamento e execução de queries geográficos	Dirigentes Intermediários/Técnicos superiores/Assistentes técnicos	21
Curso básico de EXCEL	Joaquim Costa (DRLVT)	Dotar os participantes de conhecimentos básicos que lhes permitam utilizar as principais funcionalidades de uma folha de cálculo EXCEL	Técnico Superior, Assistente Técnico (DRLVT)	20

Ação de formação	Formadores internos/entidade formadora	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras)	Carga horária prevista
Cartografia de imagem para preparação de PRA's e identificação cadastral	Luis Correia Antunes e Francisco Santos /D.R. Centro)	Capacitar os funcionários com conhecimento de como tirar partido de comandos básicos e avançados como imagens históricas, importação de dados do tipo texto, shape-file e kml, criação de elementos dos tipo pontos, linhas e áreas, partilha de mapas, entre outros. Pretende-se ainda criar KML com o CGPR por freguesia de modo a poder identificar os prédios.	Técnico superior; Assistente técnico (DR Centro)	15
Sistemas de referência	Manuela Vasconcelos (DSGCIG)	Apresentação e descrição dos Sistemas de Referência adotados para Portugal	Técnico Superior, Assistente Técnico	3
Utilização da Rede Nacional de Estações Permanentes GNSS (ReNEP)	Manuela Vasconcelos e Ana Bernardes (DSGCIG)	Apresentação da ReNEP: Apresentação da Rede, produtos disponibilizados, utilização e recolha de observações	Técnico Superior, Assistente Técnico	3
Processos de Reclamação Administrativa (PRA)	Ana Bordalo Anabela Coito	Enquadramento e fundamentação jurídica nos domínio do ordenamento do território, urbanismo, cadastro e procedimento administrativo	AT e TS da DCG e AT da DCP envolvidos nos PRA.	30
	Fernando Glória, José Mussá e Júlia Cardoso (DSIC)	Análise de PRA; Redação e fundamentação de pareceres técnicos; Revisão/Controlo de qualidade	AT e TS da DCG e AT da DCP envolvidos nos PRA.	30
Vectorização de seções cadastrais	Celeste Silva e Alexandre Palma (DSIC)	Vetorização das seções cadastrais de acordo com as especificações técnicas internas para informatização do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica	Técnico Superior, Assistente Técnico	14

Ação de formação	Formadores internos/entidade formadora	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras)	Carga horária prevista
Conservação de Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica e Operações de transformação fundiária e urbanísticas	Ana Bordalo Anabela Coito	Sessões de trabalho com conteúdo formativo destinado a dirigentes ,técnicos superiores e assistentes administrativos de câmara s municipais com cadastro geométrico em vigor; Esta formação é organizada em conjunto com as Comunidades Intermunicipais	Dirigentes, Técnico Superior, Assistente Técnico	----

